



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

V 10 | n 18 | jan-jun 2021

Representatividade Afro-brasileira no Patrimônio Material Urbano: avanços e desafios

Fernanda Rocha de Oliveira



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Representatividade Afro-brasileira no Patrimônio Material Urbano: avanços e desafios. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 14-33, jan-jun 2021. Semestral.

© NAUI

Representatividade Afro-brasileira no Patrimônio Material Urbano: avanços e desafios

Fernanda Rocha de Oliveira¹

Resumo

Sabe-se que o racismo enfrentado por grupos subalternizados, ainda hoje, tem rebatimentos no campo do patrimônio. É objetivo do artigo analisar a sub-representatividade de afro-brasileiros nas políticas de preservação brasileiras – com enfoque nos bens de natureza material –, pontuando ações que vêm sendo desenvolvidas para tentar sanar esse quadro e refletindo sobre desafios a serem superados para que tais grupos sociais tenham mais representatividade cultural no país.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Material. Representatividade. Afro-brasileiros.

Abstract

It is known that racism faced by subordinate groups, even today, has repercussions in the field of heritage. Therefore, this article aims to analyze the underrepresentation of Afro-Brazilians in Brazilian preservation policies - with a focus on goods of a material nature -, pointing out actions that have been developed to try to remedy this situation and reflecting on challenges to be overcome for such groups have more cultural representation in the country.

Key-words: Material Cultural Heritage. Representativeness. Afro-Brazilians.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPB), mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (Iphan). E-mail: fernanda-arq@hotmail.com.

Introdução

Na publicação organizada por Elisa Nascimento, “A matriz africana no mundo”, Kabengele Munanga² (2008) analisa os diferentes contextos nos quais estudos africanos, no Brasil, têm estado circunscritos: numa primeira fase, objetivava-se entender os negros e sua influência na sociedade, mas tratando-os como objetos, não como sujeitos do conhecimento; numa segunda fase, quando muitos países africanos tornaram-se independentes, algumas nações quiseram investir, por motivos econômicos, em estudos sobre a África, e buscaram reforçar laços históricos entre colonizadores e colonizados – incluindo a ligação Brasil-África.

A terceira fase desses estudos teria começado na década de 1970, vinculada ao segmento afro-brasileiro que buscava resgatar a identidade coletiva negra como forma de posicionamento ideológico e político. Sobre esse período:

Esse resgate passa certamente pela questão da cor inferiorizada e da cultura negada e/ou reduzida pela cultura hegemônica dominante. Daí a necessidade de retomarem o estudo de suas matrizes africanas como caminho indispensável para aprofundar os conhecimentos e as reflexões sobre sua cultura. Esta retomada exige conhecimento científico da África em sua complexidade histórica, religiosa, política, econômica, social e assim por diante – a África vista não apenas em seus aspectos antigos e passados, mas também em suas realidades modernas e contemporâneas. Tais conhecimentos têm sido minimizados e negligenciados no Brasil, em comparação com os estudos sobre a Europa, a Ásia e as sociedades indígenas. (MUNANGA, 2008, p. 22-23).

Da mesma maneira que os estudos africanos passaram por diferentes fases, a depender do contexto em que ocorreram, o campo do patrimônio cultural teve transformações ao longo dos anos. Dentre os avanços percebidos neste campo da política pública, convém destacar a Portaria n. 375, de 2018, que instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018). A portaria ampliou os instrumentos de preservação e passou a dar atenção especial a algumas narrativas (como as dos povos indígenas e de matriz africana), uma vez que o entendimento legal atual é que o patrimônio deve representar os diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

Embora constatados tais avanços, a visibilidade de grupos sociais historicamente subalternizados tem sido reivindicada, demonstrando que as práticas de patrimonialização brasileiras ainda são limitadas para traduzir a diversidade cultural, sobretudo no âmbito material, que constitui a nossa sociedade. Com isso, é objetivo do artigo analisar a sub-representatividade de grupos subalternizados nas políticas de preservação brasileiras – com enfoque nos bens de natureza material –, pontuando ações que vêm sendo desenvolvidas para

² Embora a publicação seja de 2008, o texto de apresentação, de autoria de Munanga, é de 1996.

tentar sanar esse quadro e refletindo sobre desafios a serem superados para que tais grupos tenham mais representatividade cultural no país. Para isso, foram acionadas, como procedimentos metodológicos, pesquisas bibliográfica, normativa e arquivística.

O artigo apresenta, no primeiro tópico, uma análise da relação entre a sub-representatividade cultural afro-brasileira e a constituição do campo do patrimônio do Brasil; no segundo, são apontadas transformações ocorridas na sociedade e nas políticas de preservação brasileiras dos anos 1970 até os dias atuais, demonstrando avanços e limitações para o debate e a valorização cultural material afro-brasileira. No terceiro tópico são apontados desafios postos para que a política do patrimônio material possa alcançar maior representatividade quanto aos elementos da cultura de matriz africana.

Tópico 1: Sub-representatividade cultural afro-brasileira na constituição do campo do patrimônio nacional

Como lembra Gonzaga (2011), o termo escravidão sempre esteve envolto por uma esfera de subjugação de um povo sobre outro, o que gerava não apenas um tratamento inferiorizado aos escravizados, mas a obrigação de se adaptarem aos costumes culturais dos seus senhores. Sobre isso, pesquisas que buscavam verificar o grau de sobrevivência de traços culturais africanos (denominados “africanismos”) nos Estados Unidos, revelaram o predomínio massivo da cultura material euroamericana nas senzalas. Tal fato foi interpretado como indício de forte aculturação desses grupos, decorrente da repressão dos seus proprietários. (SYMANSKI, 2018).

Conforme Silva e Dias (2020), no Brasil não foi diferente. Embora a chegada de africanos representasse não apenas o recebimento de seus corpos, mas dos diversos conhecimentos (incluindo de arquitetura) que compunham sua cultura, muitas de suas práticas culturais foram fragmentadas. Além do rompimento de laços afetivos, tiveram suas manifestações culturais inferiorizadas pelos grupos sociais dominantes, fruto de um racismo construído desde o período colonial.

Do ponto de vista da arquitetura, Bruno Mello (2012) dá exemplos disso: pinturas, como as de Jean-Baptiste Debret, que registravam africanos escravizados no Brasil, frequentemente associavam-nos a trabalhos braçais. Com base nesse tipo de registro, muitos autores, arquitetos e historiadores, entendiam que o único papel destes povos, na arquitetura brasileira, era o de exercer funções domésticas relacionadas ao funcionamento das edificações. Não os

consideravam, pois, como detentores de qualquer forma de conhecimento. Ao contrário, Mello (2012) aponta que alguns estudos modernos chamavam de rudimentar a arquitetura de taipa, técnica construtiva produzida, com terra e madeira, por africanos.

Ao observarmos estudos recentes – Faria (2011), Silva e Dias (2020), Penha, Santos e Santos (2018) –, vemos que a ótica atual é de percepção da grande riqueza arquitetônica e urbanística que os diversos grupos africanos escravizados trouxeram para nosso País. Mas a histórica inferiorização à qual esses povos ficaram submetidos não permitiu que o reconhecimento da sua contribuição para a história da arquitetura e do urbanismo brasileiros ocorresse proporcionalmente à sua importância.

Sabe-se que o racismo enfrentado por grupos afro-brasileiros teve rebatimentos no campo do patrimônio brasileiro, sobretudo se o analisamos sob a ótica dos bens de natureza material. A arquiteta Fernanda Oliveira e o cientista social João Amaral (2015) analisaram como a herança de concepções dicotômicas de cultura impactou o campo do patrimônio nacional:

Da valorização e do fomento das belas-artes, iniciados desde o período monárquico, herdou-se uma concepção dicotômica de cultura: por um lado a “erudita”, própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, por outro a “popular”, própria dos trabalhadores urbanos e rurais, muitas vezes também denominada de “folclore”. (CHAUI, 2006, p. 13). Embora os debates ocorridos no campo do patrimônio tenham caminhado rumo à dissolução conceitual desta dicotomia, alguns ruídos parecem persistir ainda hoje nas ações de patrimonialização. (OLIVEIRA; AMARAL, 2015, p. 40).

Tais colocações corroboram com as reflexões do antropólogo Roberto da Matta (1981) sobre o termo cultura. Ao argumentar sobre a diferença do uso do termo nas categorias do senso comum e antropológica, o autor mostra que, quando se diz que “alguém não tem cultura”, em verdade, se está classificando os gêneros culturais como “alta cultura” ou “baixa cultura” (essa também chamada “cultura popular”). Com essa atitude, é frequente a preferência pelas formas sofisticadas, trazendo certa confusão para o entendimento da própria ideia de cultura.

É sempre necessária a reflexão sobre a quem serve esse tipo de “confusão”, uma construção social enraizada. Oliveira e Amaral (2015), avaliando o histórico do campo do patrimônio, revelam jogos de poder por trás dessas práticas de hierarquização de valores culturais, aplicadas também no âmbito do projeto de criação de uma identidade nacional.

Como os modernistas encabeçaram reconhecidos movimentos de base artística, a constituição do campo do patrimônio teve ligação direta com seus ideais. Intelectuais de grande influência na criação do IPHAN comungavam dos ideais de arte do período: uma crença na universalidade e origem comum da arte. Assim, do ponto de vista da arquitetura, consideraram

excepcionais e merecedoras de proteção do Estado aquelas construções que fossem tipificadas de acordo com os estilos importados da Europa, demonstrando uma ligação entre o Brasil e suas “origens civilizadas”. (CHUVA, 2003).

Em decorrência disso, nas primeiras décadas de atuação do IPHAN, os bens protegidos se limitavam a monumentos que representavam símbolos de vitória para um recorte social muito específico: pessoas brancas, de religião católica, pertencentes à elite política e econômica do País em tempos pretéritos. (OLIVEIRA; AMARAL, 2015). Tal fato gerou críticas quanto à atuação do órgão, vista como elitista e pouco representativa da pluralidade cultural brasileira, uma vez que a limitação dos critérios de seleção de bens como patrimônios culturais deixou em descoberto referências culturais de grupos subalternizados, como os de matriz africana.

Tópico 2: mudanças nas políticas de preservação brasileira dos anos 1970 ao século XXI

Entre as décadas de 1970 e 1980, diversos fatos marcaram mudanças estruturais no campo do patrimônio brasileiro. Nesse período, em que o País estava passando por um processo de redemocratização, tiveram papel de destaque os movimentos sociais que reivindicavam mudanças nas mais diversas áreas do desenvolvimento. Sobre o tema dos direitos à memória, o doutor em História da Educação, José Ricardo Fernandes (2011, p. 2-3), afirma:

[...] desde meados dos anos 1980, os movimentos sociais populares, encetados por novos atores sociais na cena política (mulheres, índios, negros, sem-terra, homossexuais) veem no “resgate” de sua memória um instrumento poderoso de afirmação de sua identidade e de luta pelos direitos de cidadania. Assim, como ocorre em outras partes do mundo, assistimos nos últimos decênios a uma preocupação maior com questões atinentes às políticas de memória e à preservação do patrimônio cultural.

Nesta busca pelo resgate da memória como meio de afirmação identitária, convém demarcar as contribuições da arquiteta e ex-diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, Marcia Sant’Anna (2020, p. 5-6), sobre a reivindicação de reavaliação do papel do negro na História do Brasil.

Essa demanda começou a ser atendida, em termos legais e institucionais, nos anos 1980, com o surgimento e a afirmação da existência de um patrimônio afro-brasileiro deflagrada com a criação do Memorial Zumbi, em União dos Palmares, AL, e consolidada com os tombamentos da Serra da Barriga (ou Quilombo dos Palmares), nessa mesma localidade, e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, na Bahia. Essas iniciativas vinculam-se à Fundação Nacional Pró-Memória e foram realizadas em articulação com lideranças religiosas e de movimentos sociais e culturais negros.

[...] dirigentes dessa fundação e membros do projeto MAMNBA³ participaram ativamente e decisivamente dessas iniciativas. A luta pelo reconhecimento do lugar e da contribuição do negro na História do Brasil – luta que ainda continua – teve, assim, uma primeira vitória no começo da década de 1980. Com a promulgação dos artigos 215, 216 e 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal em 1988, e com a criação da Fundação Cultural Palmares, nesse mesmo ano, essa luta obteve importantes reforços legais.

É importante destacar que, para que alguns avanços tenham ocorrido nos anos 1980, muitas discussões já vinham sendo feitas em momentos anteriores. No âmbito do campo do patrimônio, por exemplo, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975. Tal ação buscou deslocar o foco estético e estilístico das políticas de patrimônio, para dar espaço ao conceito de bem cultural, mais amplo e aplicável às referências de qualquer grupo social. Para que isso ocorresse, disciplinas como história, arqueologia e etnografia passaram a exercer mais influência em processos de atribuição de valor cultural. (OLIVEIRA; AMARAL, 2015).

É possível perceber a incidência das reflexões dessas e de outras disciplinas com enfoques sociais nas políticas patrimoniais por, pelo menos, três vias. Uma delas é a ocupação, por cientistas sociais, de cargos no órgão de preservação nacional. Ao argumentar sobre a gradativa inserção de antropólogos no campo, Yamaguti (2018) afirma que Gilberto Velho e Roque de Barros Laraia foram membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Também José Reginaldo Santos Gonçalves. Antonio Augusto Arantes Neto, por sua vez, foi presidente do IPHAN.

Yamaguti (2018) aponta para a importância dos discursos desses dois últimos antropólogos citados, que tentaram desnaturalizar práticas preservacionistas que estariam “contaminadas” com tendências nacionalistas. Segundo a autora, eles “propuseram um novo olhar para as construções referentes às concepções de memória e identidade nacional, abrindo espaço para perspectivas diferentes aos estudos sobre o campo do patrimônio no Brasil.” (YAMAGUTI, 2018, p. 14). Ao colocarem o patrimônio como objeto de reflexão sistemática, a partir de categorias de pensamento, aproximaram o IPHAN da academia (*lócus* de debates teóricos), constituindo uma segunda via de inserção desses temas sociais nas políticas de preservação.

Um terceiro caminho para observarmos a incorporação de temáticas mais subjetivas nesse campo é a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, publicada pelo órgão federal de preservação. A partir das edições dos anos 80, é possível observar reflexões mais relacionadas às ciências sociais. Por exemplo, na edição de número 19, Roberto da Matta traz

³ Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia – MAMNBA.

uma contribuição sobre a relação de espaço e sociedade, tendo como enfoque a casa brasileira; e a museóloga e poetisa Lélia Gontijo Soares aborda a relação da produção de artesanato e a identidade. (SPHAN, 1984a).

Na edição n. 20, Gilberto Velho escreveu “Antropologia e Patrimônio Cultural”, em que demonstra a necessidade de incorporação de antropólogos nessa área, predominantemente ocupada por arquitetos e advogados. Outros autores chamam a atenção, nessa edição: “Identidade cultural e arqueologia”, do museólogo, arqueólogo e historiador Ulpiano Meneses, que associa identidade, “re-conhecimento”, história e memória, destacando a importância da antropologia e da sociologia para este entendimento; “Bens culturais: instrumentos para um desenvolvimento harmonioso”, do *designer* e ex-diretor do IPHAN Aloísio Magalhães, que traz uma crítica à limitação do conceito de bem cultural a bens materiais e imateriais, predominantemente, de apreciação elitista; e “Política de preservação e democracia”, de Joaquim Falcão, que defende a participação social nas políticas de patrimônio. (SPHAN, 1984b).

Na edição de n. 22 (SPHAN, 1987), a arquiteta Lia Motta publicou um texto baseado em pesquisa que foi por ela coordenada, em 1985, enquanto técnica do IPHAN (à época, denominado SPHAN/Pró-memória). A autora faz uma crítica à atuação do órgão no centro histórico de Ouro Preto-MG e demonstra que a seleção de bens com critérios apenas estilísticos resultou em ações conservativas orientadas para manter os conjuntos tombados como objetos idealizados, afastados das contingências reais nas quais estão inseridos.

Posteriormente, Lia Motta aprofundou seus estudos em mestrado na área da memória social, defendendo que a atuação do IPHAN, em suas primeiras décadas, era pautada em critérios estilísticos. Por isso, foi criado um “quadro social da memória”, incorporado à memória social como referência única do que teria valor patrimonial. Como consequência, houve um comprometimento das práticas de identificação, seleção e proteção de patrimônios que estivessem calcadas em critérios mais amplos (como atributos culturais, afetivos, documentais) que eram, até então, aplicados. (MOTTA, 2000). Além das ampliações conceituais sobre as formas de valoração de referências culturais, Fernanda Oliveira (2016) mostra que, mesmo havendo novos olhares sobre o tema, persistem antigas práticas de patrimonialização: no tombamento do centro histórico de Natal-RN, ocorrido em pleno século XXI, por exemplo, a seleção dos bens a serem protegidos pelo Estado considerou apenas critérios históricos e estilísticos, não tendo havido ações que buscassem investigar, junto à sociedade, outros valores atribuídos.

A insistência na seleção de bens culturais representativos ou prioritariamente de padrões tidos como eruditos, representativos de modelos estéticos importados, não apenas pode ser interpretada como uma das consequências da colonialidade (QUIJANO, 2010), mas como racismo estrutural institucionalizado no campo do patrimônio. Tal postura incentiva a crença de que o patrimônio material urbano se resume àqueles elementos de “pedra e cal”, com estilos de origem europeia ou norte-americana, deixando à margem das políticas públicas de bens materiais diversas referências identitárias representativas de grupos sociais subalternizados.

Paulo Pereira (2019) traz, em sua tese de doutorado, um questionamento que aprofunda o tema da falta de acesso ao direito à memória. Embora o autor enfoque nos grupos quilombolas, sua crítica também cabe para outros grupos étnicos, como os indígenas. Segundo ele, para proteger e resgatar parte do patrimônio cultural afro-brasileiro, não basta ressignificar e ressemantizar as noções de patrimônio e tombamento:

[...] é necessário reconhecer e enfrentar a existência do racismo institucional e cultural, devendo-se, ainda, no processo de formulação do marco normativo, possibilitar, de forma antirracista, que os sujeitos quilombolas discutam e deliberem sobre a temática de proteção dos seus patrimônios. (PEREIRA, 2019, p. 25).

A luta por uma maior representação da cultura e da identidade de alguns grupos étnicos não cabe só às práticas de patrimonialização. O título do artigo de d’Adesky (1997), publicado na edição “Negro brasileiro negro”, da Revista do Patrimônio do IPHAN, já traduz sua principal crítica: “Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público”. Segundo ele, embora o território não seja condição indispensável para a existência de grupos étnicos, é um critério de autonomia política. Então, quando não houver uma referência territorial física que favoreça um sentimento de pertencimento étnico, como ocorreu com os grupos aqui trazidos pelo tráfico negreiro, espera-se que essas pessoas possam criar laços materiais por representações coletivas que se materializem no espaço onde vivem.

Segundo o autor, “a espacialidade engloba diversas dimensões cuja análise é útil para delimitar uma identidade e colocar em relevo os interesses em jogo provenientes de diversos grupos” (D’ADESKY, 1997, p. 308). Portanto, o espaço público não é neutro, mas um local de relações políticas e de conflitos de interesse, sendo as comunicações que por meio dele ocorrem sempre simbólicas e tradutoras de hierarquias que existem nele.

Considerando o exposto, ao vermos cidades que possuem diversos monumentos que transmitem a narrativa de apenas um recorte pequeno da sociedade, em detrimento da valorização de elementos que representem as demais narrativas, temos a tradução de espaços

pouco democráticos, pois apresentam diferentes níveis de acessos/direitos efetivos em relação à preservação da memória.

A invisibilidade do negro nas representações como as estátuas, os bustos e os chafarizes ou fontes ornamentais existentes nas ruas ou em praças públicas, manifesta outra forma de alienação ou desterritorialidade, não sendo fruto do acaso, mas de uma relação de poder.

De fato, o simples desejo de erigir uma estátua à memória de um personagem ilustre não assegura, de imediato, a seu promotor, as devidas autorizações burocráticas. Contudo, a partir do momento em que os monumentos, as estátuas, os bustos ocupam um local público, isto significa que, de uma forma ou de outra, o que elas representam possui valores que se identificam parcial ou totalmente com a moral, o direito, a cultura e a ideologia das instituições públicas.

Vistos por este ângulo, podemos afirmar que os monumentos, as estátuas manifestam simbolicamente um **corte social entre os que detêm o poder e os que são excluídos**. (D'ADESKY, 1997, p. 312, grifo meu).

Diante desse tipo de “corte social”, pesquisadores como João Paulo Amaral e Patrícia Rangel (2017) se valeram de uma ótica decolonial para buscar novos paradigmas para o campo do patrimônio. Como “o patrimônio cultural não é neutro e tampouco é meramente técnica a atividade preservacionista”, os autores defendem a aproximação da questão patrimonial com “uma nova relação epistemológica e de poder, incluindo os chamados detentores das manifestações culturais na gestão das políticas públicas e na construção de conhecimento sobre suas práticas e saberes.” (AMARAL; RANGEL, 2017, p. 22).

Sabe-se que as políticas patrimoniais, de modo geral, são constituídas por disputas. Porém, é importante entender por que, nas práticas de seleção e gestão de bens de natureza material, é ainda mais difícil que grupos subalternizados tenham suas pautas de reivindicação atendidas.

A política do patrimônio imaterial já foi construída considerando que deve partir dos grupos sociais, partícipes das manifestações culturais, o interesse pela sua preservação. Já no âmbito da política material, o histórico é de práticas de proibições, verticais, que partem de técnicos que representam o Estado. E tais práticas mexem diretamente com interesses, inclusive econômicos, de alguns grupos da sociedade.

O impasse relacionado ao Porto do Capim, em João Pessoa-PB, é ilustrativo de como discursos patrimoniais, mesmo que ampliados na teoria e na lei, podem ser antagônicos em situações onde pesam interesses econômicos e mesmo resquícios de colonialidade. Segundo Oliveira (2019), a prefeitura da cidade, respaldada por parte dos técnicos do IPHAN local, elaborou um projeto de intervenção urbana que estimula o turismo, focando na valorização monumental de edifícios que representam a ocupação inicial de colonizadores na cidade. Para

isso, o projeto prevê a remoção da comunidade tradicional ribeirinha existente no território, fato que tem sido rechaçado por outros atores sociais, do mesmo IPHAN, mas também do Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba e de universidades locais.

A partir de casos como esses, é possível crer que a participação social nas práticas de valorização de bens materiais urbanos não é tão efetivada em diversos lugares por uma tentativa de manutenção de poder por parte de alguns grupos sociais; assegurando o “corte social” denunciado por d’Adesky (1997).

Apesar destes necessários destaques em relação à sub-representatividade do patrimônio para grupos subalternizados (agravada no âmbito material), é importante também o registro que, desde os citados tombamentos ocorridos na década de 1980 (Serra da Barriga e Terreiro da Casa Branca), o IPHAN avançou em relação ao reconhecimento de patrimônios voltados à cultura de matriz africana. Entre os parceiros que contribuíram nesse avanço cabe destacar a já citada Fundação Cultural Palmares (FCP), organismo federal criado em 1988. Voltada à promoção e à preservação da influência negra na sociedade brasileira, foi a primeira instituição responsável pela promoção da igualdade racial e da valorização da cultura negra no País. (BRASIL, 2013).

Em postagem realizada no Portal do IPHAN para o Dia da Consciência Negra, foram listadas ações nesse sentido: a já tombada Serra da Barriga recebeu certificação como patrimônio cultural do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, foi reconhecido como patrimônio mundial; o instrumento do registro tem sido aplicado em diversos elementos, por meio de suas inscrições nos Livros de Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. (IPHAN, 2017).

Em 30 de julho de 2020 foi instituído, pela Portaria IPHAN n. 307, o Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana (GTMAF), que atua na preservação do patrimônio cultural de bens relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. De acordo com informações do Portal IPHAN: foi criado um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: 2013-2015 (BRASIL, 2013); o órgão vem empreendendo ações de inventário em terreiros; houve o reconhecimento, até o momento, de 26 bens relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, tendo aplicado os instrumentos do tombamento (a 12 bens) e do registro (nos outros 14 bens)⁴.

⁴ Informações sobre o GTMAF estão disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1311>.

A partir dessas políticas específicas, quando do lançamento da Portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN, já houve incorporação do patrimônio de povos e comunidades tradicionais de matriz africana como um dos temas de tratamento específico do documento:

Art. 64. Nos termos do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, entende-se como Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana os grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o País por africanos, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.

Parágrafo único. Esta conceituação deve se estender aos grupos culturais que tenham em sua tradição matrizes africanas ou afro-ameríndias.

Art. 65. Os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana têm direito de definir suas próprias prioridades em processos que envolvam a preservação do seu patrimônio cultural material, o que implica no consentimento livre, prévio e informado das comunidades diretamente interessadas.

Parágrafo único. O IPHAN, conjuntamente com os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, definirá programa específico para preservação e gestão do patrimônio cultural material de matriz africana. (IPHAN, 2018, s/p).

Para além das ações do órgão, também merecem registro obras e núcleos de fomento ao debate e à pesquisa sobre a temática da cultura negra e seus rebatimentos na cultura afro-brasileira. Graças a ações de movimentos negros e de grupos de pesquisadores negros, segundo Cunha Júnior (2012), expressões científicas eurocêntricas estão cedendo, cada vez mais, espaço para interpretações pluriculturais, de modo a adotar uma esfera de especificidade de base africana. Serão citados, a seguir, alguns exemplos que não pretendem dar conta de todas as ações atualmente existentes sobre o tema.

O “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil” é fruto de uma parceria entre o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) – da Universidade Federal Fluminense (UFF) – e um Comitê Científico Internacional da Unesco – do Projeto “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade”. Reúne 100 Lugares de Memórias indicados por diversos historiadores, antropólogos e geógrafos do País, que foram agrupados em sete temáticas diferentes: 1. Portos de chegada, locais de quarentena e venda; 2. Desembarque ilegal; 3. Casas, terreiros e candomblés; 4. Igrejas e irmandades; 5. Trabalho e cotidiano; 6. Revoltas e quilombos; 7. Patrimônio imaterial. (ABREU; YABETA, 2013).

Saindo da esfera das políticas públicas e entrando nas iniciativas de valorização da cultura negra por parte da academia, cabem algumas menções. “Sankofa”, um curso de extensão universitária que fora anteriormente denominado “conscientização da cultura afro-brasileira”,

existe desde 1984 e busca aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a cultura afro-brasileira e suas matrizes africanas. (NASCIMENTO, 2008). Promovido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (Ipeafro), foi “uma das primeiras iniciativas no âmbito da academia voltadas à capacitação de educadores para a inserção da história e da cultura afro-brasileiras no ensino do País.” (IPEAFRO, s/d, s/p).

Do ponto de vista das revistas e dos eventos científicos voltados para a valorização dos temas africanos, afro-brasileiros e afro-latinos, cabe destacar a “Revista África e Africanidades”. O periódico é gratuito, de publicação trimestral, e conta com uma vasta equipe de acadêmicos para sua direção, edição e análise de artigos⁵. Cabe destacar que possui parceria com o evento “Artefatos da Cultura Negra”, de modo que os artigos apresentados no evento podem ser publicados na revista mediante edital de seleção⁶.

O seminário “Salvador e suas Cores” também merece destaque por sua especificidade de levar o debate sobre as relações étnico-raciais, estudos africanos e afro-brasileiros para os currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, na graduação e na pós-graduação⁷. Foi no âmbito desse evento que foi elaborada uma carta aberta às faculdades de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, intitulada “Manifesto dos arquitetos e arquitetas negro(a)s”. A carta problematiza a invisibilização do negro, convidando as Instituições de Ensino Superior (IESs) a fazerem uma construção de pensamento “pós-colonial, descolonial, afrocentrado e afroinscrito na produção arquitetônica e urbana no Brasil tanto historiográfica, como processual, metodológica e projetual.” (AFROCIDADES, 2018, s/p).

Quanto à busca por visibilidade da produção arquitetônica negra, Brandão (2009) afirma que igrejas de Minas Gerais e da Bahia foram construídas por pedreiros e arquitetos negros e/ou mestiços, tais como pe. José Maurício, Joaquim Emérico Lobo de Mesquita e Aleijadinho. Porém, num leque mais amplo, cabe destacar o projeto “Arquitetas e arquitetos negros pelo mundo: Mapeamento da presença negra no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano”, associado à Linha de Pesquisa Presença Negra na produção da Cidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia (UFBA). (LUGAR COMUM, s/d).

Dado o exposto, percebe-se que algumas IESs têm se engajado em ações para fomento à pesquisa no campo dos estudos de matriz africana. Além da UFBA, já citada, cabe destacar a

⁵ Informações sobre a equipe e escopo da revista, ver: <<https://africaeaficanidades.online/>>.

⁶ Informações sobre a última edição: <<http://www.urca.br/novo/portal/index.php/latest-news/46464-xi-congresso-internacional-artefatos-da-cultura-negra-virtual>>.

⁷ Informações sobre a edição do evento, ocorrida em 2020, ver: <<https://sssc2020.46graus.com/>>.

criação do Centro de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-SP (Unicamp)⁸. Ações dessa natureza podem contribuir para acelerar atualizações bibliográficas e conceituais que promovam uma maior visibilidade da cultura negra no nosso país.

Tópico 3: desafios para uma maior representatividade da cultura afro-brasileira no campo do patrimônio material

É importante o estímulo ao aumento de pesquisadores, afrodescendentes ou apenas interessados nesta temática, que se engajem politicamente na busca pelo reconhecimento da devida importância da África continental e da África da diáspora para nossa formação enquanto país.

Parte das ações esperadas depende da pressão sobre órgãos públicos, a respeito, por exemplo, da exigência de políticas, de educação, cultura ou outras necessárias, que busquem sanar as barreiras necessárias para a promoção de uma maior equidade nos diversos direitos embutidos no direito à cidade.

Do ponto de vista de um necessário protagonismo social, para que haja uma reciclagem de práticas e conceitos, a partir de uma nova abordagem epistemológica da África “que rompa com as ideias preconceituosas da herança intelectual colonialista” (MUNANGA, 2008, p. 23), é desejável que sejam ampliadas pesquisas sobre o campo, de modo a superar a falta de bibliografias especializadas calcadas em pensamentos decoloniais.

Nesse sentido, é desejável não apenas o aumento dos grupos de pesquisa e extensão voltados para a temática africana, mas a gradativa incorporação dos resultados obtidos, a partir desses estudos, nas grades curriculares do Ensino, desde o nível da Educação Básica até o Ensino Superior. Estudos como os de Rosa Sousa e Fanny Lopes (2020) mostram que há incômodos, por parte dos discentes, devido à ausência de referências para valorização da cultura afro-brasileira. A crítica das autoras, voltada para a área de Arquitetura e Urbanismo, traz rebatimentos para o campo do Patrimônio: o que graduados nestes cursos aprendem como sendo elementos significativos da História da Arquitetura e do Urbanismo, trará rebatimentos nos

⁸ Para mais informações: < <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/05/22/centro-de-estudos-africanos-e-afro-brasileiros-e-lancado-na-faculdade-de> >.

critérios que eles irão utilizar, na sua atuação profissional, para identificar elementos como possuidores de valor cultural.

Ainda quanto à temática do campo do Patrimônio, destacando o já citado agravamento no tocante à sua tipologia material, dois desafios podem constituir metas a serem buscadas. O primeiro deles, e mais importante, é o investimento na sempre escanteada Educação Patrimonial. É por meio dela que poderão ser realizados debates e (des)construções sobre o patrimônio, que deverão resultar em vozes para uma reivindicação, efetiva, de políticas mais democráticas nesse campo. Muitas pessoas não param para pensar o que realmente significam Patrimônio, Memória e Identidade, embora estejam, mesmo que inconscientemente, envoltas em processos relacionados a essas categorias. Mas, quando são provocados a refletir sobre o assunto, e quando confrontam coletivamente os símbolos que lhes são caros, é que a política de patrimônio começa, realmente, a acontecer na sua forma mais autêntica.

O segundo desafio para o campo do patrimônio material é a atualização, por parte de técnicos, acadêmicos e mesmo da sociedade civil, de critérios de seleção e de gestão dos bens culturais que sejam pautados em novas óticas de atribuição de valor cultural, passando a resultar na inclusão de elementos representativos dos mais diversos grupos sociais.

Esse movimento já foi iniciado. O IPHAN, por exemplo, possui um Mestrado Profissional interdisciplinar, cujas dissertações, disponibilizadas gratuita e abertamente em seu portal da internet⁹, mostram críticas e novas saídas para melhorias da atuação do órgão.

Além disso, a rede formada por profissionais que pensam criticamente o campo tem se ampliado e feito dialogado entre IESs, acadêmicos, técnicos de órgãos de patrimônio e atores sociais, ampliando o nível de debate e as realidades que são objetos de estudo. Um exemplo disso, que está acontecendo virtualmente¹⁰, é uma disciplina integrada entre diversos programas de pós-graduação¹¹, que conta com palestras e debates envolvendo professores e pesquisadores que atuaram ou seguem atuando nas políticas públicas, abarcando temas como: “patrimônio-paisagem em perspectiva inclusiva e interdisciplinar: gênero e racialidade, arte urbana e decolonização”, “dimensões e alternativas da educação patrimonial” e “patrimônio tangível e intangível: narrativas e interpretações”. (PAISAGENS HÍBRIDAS, 2021?).

⁹ Para mais informações, ver: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/308>>.

¹⁰ Em decorrência da Pandemia do COVID-19.

¹¹ O Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo (vinculado à Universidade de São Paulo), o Mestrado Profissional Projeto e Patrimônio – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ) e o Programa de Pós-Graduação em Geografia, também da UFRJ.

A expectativa é que ações como essa se multipliquem e possam gerar impactos em áreas de valores mais conservadores, como o campo do Restauro. Muitos IESs e cursos de capacitação nessa área ainda reproduzem somente ou predominantemente teorias europeias para o tratamento dos bens de valor cultural material. Não deixando de reconhecer a importância dessas bases, que constituíram o campo do Brasil, defende-se, aqui, que os estudos avancem para incluir as cosmovisões e relações de povos africanos com seus elementos culturais. É preciso aprofundamento do tema para verificar se as técnicas de restauro atuais são adequadas para as especificidades de bens de matriz africana.

Embora a questão político-partidária não tenha sido mencionada até aqui, é importante que ela seja considerada, pois pode influenciar na celeridade ou na diminuição de ações que se pautem em temáticas mais sociais e humanas. Ao longo da história, vê-se que partidos políticos brasileiros, a depender dos posicionamentos sociais que tenham e da capacidade de construção de narrativas que apresentem, podem ser (e proporcionar convencimentos) contrários ou favoráveis a ações voltadas à valorização de grupos sociais subalternizados.

Nesse sentido, convém uma reflexão da análise comparativa feita por Silva, Peixoto e Bezerra (2018), sobre a Política Cultural nos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011): a diferença de concepção de Estado entre Lula e FHC (amplo, equânime e participativo x mínimo e gerencial) levou a um destaque das Políticas Culturais no governo Lula, que se baseando no conceito de democracia cultural, abarcou um amplo conjunto de manifestações e gerou uma gestão mais participativa. Constatase, pois, que a política de governo é fator-chave para os desafios postos.

Considerações Finais

Conforme apresentado, a histórica sub-representatividade de elementos de matriz africana nas políticas de patrimônio do Brasil – sobretudo nas de natureza material –, demonstra um racismo institucionalizado que gerou uma dívida com relação à memória de grupos sociais subalternizados.

As diversas formas de violação, de imposição de práticas culturais e de invisibilização das raízes culturais destes grupos trouxeram consequências claras para a atualidade, tais como a ainda existente hierarquização de culturas, a geração de quadros sociais da memória pautados em critérios de base colonial e a dificuldade de maior participação destes grupos nas instâncias decisórias de patrimonialização.

Tais consequências geraram desafios a serem superados: a eliminação de “cortes sociais” denunciados por d’Adesky (1997), aumentando os canais de interlocução dos grupos sociais com o Estado; a ampliação do debate decolonial nas academias, nos grupos sociais e nas políticas patrimoniais; investimentos em ações educativas que estimulem o resgate de memórias como exercício de cidadania; a renovação e a institucionalização políticas para que os avanços continuem existindo, e que as trocas de governo não constituam retrocessos.

É fato que o campo do patrimônio já mudou bastante. Como apontado, estão aumentando os números de proteções, inventários, normas e estudos que visam resgatar parte destes elementos culturais invisibilizados.

Espera-se, a partir do presente trabalho, corroborar com a demonstração da importância sobre o tema dos estudos africanos no Brasil, mas, mais especificamente, abarcando necessárias transformações no ensino da Arquitetura e do Urbanismo, para que, a partir delas, haja uma mudança igualmente significativa nas políticas de patrimônio material brasileiras.

Referências

- ABREU, Martha; YABETA, Daniela (Org.). **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. [s. l.]: LABHOI, 2013.
- AFROCIDADES. **Carta-aberta às faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. *Salvador e suas Cores*, 2018. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/carta_manifesto_ssc_2018_v3.pdf. Acesso: 30 jun. 2020.
- AMARAL, João Paulo Pereira do; RANGEL, Patrícia Duarte. **Patrimônio cultural em disputa: considerações acerca das práticas colonizadoras nos processos de patrimonialização**. *Revista Memorare*, Tubarão, SC, v. 4, n. 1, p. 19-44jan./abr. 2017, p. 19-44.
- BRANDÃO, Carlos R. **Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares**. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.138, p.715-746, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Ffs6C5NZSw7hMkkhbFm6Pbc/?lang=pt>. Acesso: 30 jun. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA: 2013-2015**. Brasília: Seppir, 2013. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/plano_nacional_desen_sustentavel_povos_com_unidades_trad_matriz_africana.pdf. Acesso: 17 maio 2021.
- CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. *Revista TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique A. **Quilombo: patrimônio histórico e cultural**. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 129, ano XI, fev. 2012. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14999/8667. Acesso: 30 set. 2020.
- D'ADESKY, Jacques. **Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 25 (Negro brasileiro negro), 1997. P. 306-315. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf. Acesso: 18 dez. 2020.
- DA MATTA, Roberto. **Você tem cultura?** *Jornal da Embratel*, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Voc%C3%AA%20tem%20cultura.pdf. Acesso: 17 maio 2021.
- FARIA, J. P. R. **Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais**. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. *Repositório Institucional da UFMG*, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-8T7TBZ>. Acesso: 18 dez. 2020.
- FERNANDES, José Ricardo O. **O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)**. *II Seminário Internacional de Políticas Culturais*. set. 2011.
- GONZAGA, Gilka B. **A trajetória do povo africano escravizado e a influência de sua cultura na formação do povo brasileiro**. Monografia (graduação). Curso de Licenciatura plena em História, *Universidade Estadual da Paraíba*. Campina Grande, 2011. Disponível em:

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2387/1/PDF%20-%20Gilka%20Barbosa%20Gonzaga.pdf>. Acesso: 30 set. 2020.

IPEAFRO. **Ações**. Ensino. Ipeafro [Portal da internet], s/d. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoes/ensino/>. Acesso: 16 maio 2021.

IPHAN. **O Dia da Consciência Negra e o reconhecimento do Patrimônio**. IPHAN [portal da internet], 20 nov. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4446>. Acesso: 03 jul. 2021.

IPHAN. **Portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018**. *Institui a política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá outras providências*. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_IPHAN0732090.pdf. Acesso: 13 dez. 2020.

LUGAR COMUM. Arquitetas e Arquitetos negros pelo mundo: mapeamento da presença negra no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. **Lugar Comum** [Blog], s/d. Disponível em: <http://lugarcomumfaufba.blogspot.com/p/arquitetas-arquitetos-negros-pelo-mundo.html>. Acesso: 30 jun. 2021.

MELLO, Bruno César Euphrasio de. **E o negro na arquitetura brasileira?** *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 145. 1, Vitruvius, jun. 2012. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372. Acesso: 13 set. 2020.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. *Universidade do Rio de Janeiro (Unirio)*, Rio de Janeiro, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. **Autenticidade para que(m)?** O caso do Porto do Capim. *ANAIS DO 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL*. Belo Horizonte/MG, 8 a 10 de maio, 2019. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/iiiisimposioicomosbrasil/146527-autenticidade-para-que\(m\)-o-caso-do-porto-do-capim/](https://www.even3.com.br/anais/iiiisimposioicomosbrasil/146527-autenticidade-para-que(m)-o-caso-do-porto-do-capim/). Acesso: 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos**: o caso de Natal-RN. Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_OLIVEIRA_Fernanda_Rocha_de.pdf. Acesso: 13 abr. 2019

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de.; AMARAL, João. **Referências Culturais e Patrimônio Cultural**: precedentes, práticas e perspectivas para a diversidade. *Revista ODC Observatório da Diversidade Cultural*, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/74808/revista-completa---observat%C3%B3rio-da-diversidade-cultural>. Acesso: 30 jun. 2021.

PAISAGENS HÍBRIDAS. **Disciplina**. *Grupo de pesquisas Paisagens Híbridas* [Portal da Internet], 2021. Disponível em: <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2021/03/04/fauuspproarqigeo/>. Acesso: 13 maio 2021.

- PENHA, Maria Estela R. R.; SANTOS, Ilana R. C.; SANTOS, Israel J. V. dos. **Arquitetura de terra e diferentes maneiras de construir** In: VII Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil. *ANAIS do 7º Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil*. Rio de Janeiro: TerraBrasil/UFRJ, 2018.
- PEREIRA, Paulo F. S. **Os Esquecimentos da Memória: O tombamento do patrimônio cultural quilombola e a formulação de uma política pública**. Tese (doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Rio de Brasília, 2019.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 73-116.
- SANT’ANNA, Marcia. **O projeto MAMNBA: contexto político institucional, desdobramentos conceituais e técnicos**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142020000100406&lng=en&nrm=iso. Acesso: 19 maio 2021.
- SILVA, Lucas C. R. da; DIAS, Rafael de B. **As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório**. *Linhas Críticas*, v. 26, 2020, p.1-16. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/28089/27272/81947>. Acesso: 30 set. 2020.
- SILVA, Fábila; PEIXOTO, Karine; BEZERRA, Maria de Fátima. **A política cultural nos governos FHC e Lula: breve análise**. *Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7*, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/download/676/533/>. Acesso: 20 maio 2021.
- SOUSA, Rosa M. dos S. de; LOPES, Fanny T. **Des-embranqueando ideias: um estudo sobre movimentos afro-brasileiros no campo da arquitetura e urbanismo**. *Intellectus Revista Acadêmica Digital*, v. 58, n. 1, Ano 2020. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/64.769.pdf>. Acesso: 30 jun. 2020.
- SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 19, 1984a. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPat19_m.pdf. Acesso: 19 maio 2021.
- SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** N. 20, 1984b. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPat20.pdf>. Acesso: 19 maio 2021.
- SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 22, 1987. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso: 19 maio 2021.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. **Cultura Material / Arqueologia da Escravidão**. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.) **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 496p.
- YAMAGUTI, Juliana Geraldí. **Antropologia, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial**. *Cadernos NAUI*, v. 7, n. 13, jul-dez 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/192755/ANTROPOLOGIA%20PATRIM%20C3%94NIO%20CULTURAL%20E%20EDUCA%20C3%87%20C3%83O%20PATRIMONIAL_NAUI%20%281%29%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 15 maio 2021.

Recebido em 20 de dezembro de 2020 | Aceito em 09 de abril de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional